

O SURGIMENTO DO JARDIM DE INFÂNCIA NO MARANHÃO: do privado ao público, dos ricos aos pobres

*Isabela de Cássia Costa Vieira
Valéria Luíza Costa Gonçalves
Rosyane de Moraes Martins Dutra*

Resumo

O presente artigo originou-se a partir dos conhecimentos levantados e debatidos no âmbito do grupo temático de História da Infância maranhense, no seio do Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias e Brincadeiras, vinculado à Universidade Federal do Maranhão. Objetivamos examinar a educação de bebês e crianças pequenas ao longo do século XIX no Estado do Maranhão. Para isso, utilizamos o estudo bibliográfico e documental de jornais e revistas encontrados nos acervos do arquivo *online* da Biblioteca Benedito Leite, localizada na capital São Luís. O século XIX testemunhou o desejo por uma educação popular, mas também a escassez de recursos que manteve muitas crianças em situação de não-escolarização. Dentre os resultados da presente pesquisa podemos demarcar o processo de institucionalização do jardim de infância como segregacionista, na qual se tornou uma inovação às classes abastadas e uma luta social para a população pobre. A criação do jardim de infância público tornou-se uma realidade depois de muito anseio social, todavia essa educação ainda enfatizava o papel moralizador à criança em vulnerabilidade socioeconômica.

Palavras-chave: jardim de infância; segregacionismo educacional; infância maranhense; século XIX.

THE EMERGENCE OF KINDERGARTEN IN MARANHÃO: from private to public, from rich to poor

Abstract

This article originated from the knowledge collected and debated within the thematic group História da Educação maranhense within the Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias e Brincadeiras, linked to the Universidade Federal do Maranhão. We aim to examine the education of babies and young children throughout the 19th century in the State of Maranhão. To do this, we use the bibliographic and documentary study of newspapers and magazines found in the online archive collections of the Biblioteca Benedito Leite, located in the capital São Luís. The 19th century witnessed the desire for popular education, but also the scarcity of resources that kept many children out of school. Among the results of this research, we can demarcate the process of institutionalization of kindergarten as segregationist, in which it became an innovative access for the wealthy classes and a social struggle for the poor population. The creation of public kindergarten became a reality after much social desire, however this education still emphasized the moralizing role for children in socioeconomic vulnerability.

Keywords: kindergarten; educational segregationism; childhood from Maranhão; XIX century.

EL SURGIMIENTO DEL JARDÍN DE INFANCIA EN MARANHÃO: De lo privado a lo público, de rico a pobre

Resumen

Este artículo tuvo origen en los conocimientos recopilados y debatidos en el grupo temático sobre Historia da Infância maranhense, dentro del Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias e Brincadeiras, vinculado a la Universidade Federal de Maranhão. Nuestro objetivo es examinar la educación de bebés y niños pequeños a

lo largo del siglo XIX en el estado de Maranhão. Para ello, utilizamos el estudio bibliográfico y documental de periódicos y revistas que se encuentran en los fondos del archivo en línea de la Biblioteca Benedito Leite, ubicada en la capital São Luís. El siglo XIX fue testigo del deseo de educación popular, pero también de la escasez de recursos que mantuvo a muchos niños fuera de la escuela. Entre los resultados de esta investigación, podemos demarcar el proceso de institucionalización del jardín infantil como segregacionista, en el que se convirtió en un acceso innovador para las clases adineradas y una lucha social para la población pobre. La creación de la guardería pública se hizo realidad después de mucho deseo social, sin embargo, esta educación aún enfatizaba el papel moralizador de los niños en situación de vulnerabilidad socioeconómica.

Palabras clave: jardín de infancia; segregacionismo educativo; infancia de Maranhão; siglo XIX.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surgiu a partir dos debates levantados no grupo temático de História da Infância e Políticas Maranhenses do Grupo de Estudos e Pesquisas Infâncias e Brincadeiras¹. Buscamos abordar, a partir de estudos sistemáticos levantados no âmbito do grupo de pesquisa, enquanto ferramenta de pesquisa e extensão, a educação de bebês e crianças pequenas em todos os momentos históricos da sociedade brasileira. No ano vigente, iniciamos o debate sobre a educação de crianças em situação de vulnerabilidade social e econômica no século XIX, para estabelecer e compreender o percurso da infância no Brasil.

Ademais, com base nos primeiros estudos sobre a infância em nível nacional, procuramos entender como se deu o processo de institucionalização da educação dos bebês e crianças pequenas no Estado do Maranhão, fazendo um aparato sobre a efetivação de jardins de infância voltado para o atendimento das classes abastadas e, mais profundamente, a luta social por jardins de infância públicos para os demais grupos sociais da população. Tendo em vista que, por um longo período, essas instituições nada mais eram do que um mecanismo de distinção entre classes sociais que permeou uma diversidade de tensões sociais e econômicas na constituição do Estado.

Segundo Tavares (2018), a busca por compreender uma determinada realidade complexa, como a história da educação infantil, necessita de uma investigação acurada sobre as diversas faces da educação. Assim, a tentativa de estabelecer o processo social de implementação de escolas públicas e privadas para crianças menores de sete anos revela que a educação se apresenta, em cada época da sociedade, com um papel social moralizador. Em meados do século XIX, vivia-se o desejo do estabelecimento de uma educação popular, mas que devido à insuficiência de escolas e recursos se mantinha a criança, em sua maioria pobre, em posição de não-escolarização. Logo, a escola primária significou a criação de um espaço de inclusão da “[...] criança com idade a partir dos 7 anos, pobre e livre que até então não havia sido acolhida” (Tavares, 2018, p. 49). Esta criança, que ainda não tinha seu atendimento assegurado, agora está à mercê de medidas higienistas para tornar-se um pobre digno de cidadania na sociedade.

Problematizamos o processo de implementação do jardim de infância no Estado do Maranhão enquanto política vista como inovadora, mas também como medida que durante muito tempo foi ferramenta da segregação das crianças de baixa renda. Dessa forma, objetivamos apresentar os dados históricos da institucionalização do ensino infantil no Estado para o rico e para o pobre e com isso indicar a evolução do ensino privado e o acesso à educação pública. E ainda, demarcando o ideal de formação cidadã para as crianças, que se distinguia de acordo com a sua renda.

¹ Grupo de pesquisa vinculado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão.

Baseamos nossa metodologia em estudos bibliográficos e documentais, cujo suporte teórico se sustenta nas obras de autores como Del Priore (2004), Kramer (1995, 2003), Kuhlmann Júnior (1991, 1996, 1998, 1999), Rizzini (2008), Rizzini e Rizzini (2004) e Tavares (2018) e, ainda, nos dados levantados em jornais, decretos e demais documentos históricos no acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite².

Dessa forma, dividimos a escrita do trabalho de forma metodológica a observar o contexto do jardim de infância no Brasil, seguido pela história do jardim de infância no Maranhão enquanto iniciativa privada, explorando a evolução e os impactos no contexto educacional e a luta pela implementação do jardim de infância público no Estado, examinando os desafios enfrentados e os resultados alcançados ao longo do tempo. Pretende-se, com este estudo, contribuir com pesquisas sobre instituições educativas para crianças no Maranhão, tendo os Jardins de Infância como os primeiros espaços republicanos no Brasil e no Maranhão.

A HISTÓRIA DO JARDIM DE INFÂNCIA NO BRASIL

Nas palavras de Gouvea (2008), os jornais se constituíram, ao longo do século XIX, como um elemento essencial na disseminação de ideias sobre a educação, possibilitando compreender a dinâmica dos debates sobre a escolarização da população brasileira. Nessa perspectiva, selecionamos uma diversidade de publicações dos jornais “Pacotilha” e “O jornal” e da revista “A escola”, principais meios de disseminação de informações pedagógicas. A seguir o registro da capa destes dois meios de divulgação:

Figura 1: Capa da revista A escola



Fonte: A escola (1923. S/p.)

Figura 2: Capa do jornal Pacotilha



Fonte: Pacotilha (1902. S/p.)

² Maior biblioteca pública do Maranhão e a 11.^a maior do Brasil, com um acervo de cerca de 140 mil obras nacionais e estrangeiras.

Figura 3: Capa do jornal O jornal



Fonte: O jornal (1916. S/p.)

Assim, quando voltamos o olhar para o processo de institucionalização da educação de bebês e crianças pequenas percebemos que, como menciona Kramer (2003, p. 48), do descobrimento até 1874, “[...] pouco se fazia no Brasil pela infância desditosa, tanto do ponto de vista da proteção jurídica, quanto das alternativas de atendimento existentes”. No Brasil Colonial, a primeira forma de atendimento à infância brasileira ocorreu com a chegada dos portugueses e em seguida com a vinda dos Jesuítas, que tinham a incumbência de *civilizar* os indígenas por meio dos preceitos cristãos. Bem se sabe que desde os primórdios da invasão europeia a religião cristã do homem branco “[...] sustentou as diferentes práticas e políticas públicas para as populações indígenas [...]” (Amoroso, 2011, p. 207). Dentre estas, a fundação da primeira escola jesuítica no Brasil no ano de 1554, visando converter os indígenas ao ideal de homem pautado no contexto europeu.

Com uma natureza essencialmente religiosa, os jesuítas demarcaram o início da história da Educação, em que se via a imagem da criança como uma folha de papel em branco, moldável e educável para a obediência e disciplina. De acordo com Farias (2005), nessa época, já havia atendimento educativo, pedagógico e assistencial, já era perceptível a influência vinda da Europa sobre o atendimento à criança e ficavam claras as diferenças no atendimento de crianças brancas, negras e indígenas.

Em 1726, surge em Salvador a primeira Santa Casa da Misericórdia. Essa instituição católica recebia crianças abandonadas, principalmente filhos de escravizadas, em um dispositivo denominado *roda*, com a Roda dos Expostos (Del Priore, 2004). Este seria um local público que legitima o desamparo anônimo de crianças indesejadas, chamadas de *os expostos* (Rizzini, Rizzini, 2004). Devido à falta de condições de higiene e saneamento na Santa Casa, no século XVIII, a morte em grande massa de crianças abandonadas na *roda* tornou-se uma realidade comum.

Nesta época, segundo Farias (2005), as Câmaras Municipais do Brasil destinavam uma verba ao acolhimento de crianças negras, mestiças e brancas, as *crianças enjeitadas*. Enquanto isso, as crianças indígenas ainda eram alvo do projeto educativo de catequização, que visava garantir a civilização dos povos indígenas. Em outras palavras, a atenção dada às crianças e à primeira infância durante este período da história foi, principalmente, sob a forma de filantropia, prestada por organizações religiosas católicas e instituições de caridade. O Estado não participou da assistência, nem criou ou regulamentou instituições já existentes (Del Priore, 2004; Kuhlmann Júnior, 1998).

O século XIX, é palco de muitas transformações, tanto no domínio econômico como social, que alteraram o cenário mundial. Nesse contexto histórico o Brasil vive um período de impasse em relação à educação das crianças menores de 7 anos, esse fato se deve a vários acontecimentos, entre eles, a partida da Família Real para Portugal e a proclamação da independência, por D. Pedro, em 1822. Além disso, o momento econômico do início do século, juntamente com a expansão da lavoura cafeeira, o crescimento capitalista interno e a abolição do sistema escravo em 1888, aumentaram o abandono de recém-nascidos na *Roda dos Expostos*. É válido ressaltar que, nessa época, a educação e o cuidado com as crianças menores de 7 anos eram de responsabilidade da mãe (Guimarães, 2017, p. 81).

Na metade do século XIX, ainda não existia atendimento educacional para os filhos dos pobres. Assim, enquanto os filhos da elite eram instruídos por professores particulares, os filhos de pobres se tornavam cidadãos úteis e produtivos nas lavouras. O contexto de desenvolvimento da sociedade da época pregava um projeto político de um Brasil moderno à luz do pensamento liberal no final do século XIX. Kuhlmann Júnior (1998, p. 78), ao retratar a realidade das crianças pobres, diz que:

[...] a creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças.

É fato que, na busca por uma sociedade superior, a população pobre era combatida como viciosos que sucumbiriam ao abandono moral, cujas estratégias era tornar essa população em pobres dignos, pela observação dos costumes religiosos, do trabalho e da moral exigida pela sociedade (Rizzini, 2008). Ademais, não podemos deixar de apontar a distinção entre a creche e pré-escola que, por um lado, se manifestava na dualidade de classes, isto é, no atendimento para ricos ou para pobres e ainda na discussão do legado higienista da sociedade, como menciona Kuhlmann Júnior (1999, p. 73):

O jardim de infância, criado por Froebel, seria a instituição educativa por excelência, enquanto a creche e as escolas maternas – ou qualquer outro nome dado à instituição com características semelhantes às Salles d’asile francesa – seriam assistências e não educariam para a emancipação, mas à subordinação.

Diferente dos países europeus, em que o surgimento das creches se dá pela necessidade de atender as crianças cujas mães são recrutadas como mão de obra nas fábricas, no Brasil as creches surgem para minimizar os problemas sociais decorrentes do estado de miséria de mulheres e crianças. Segundo Didonet (2001, p. 12):

As referências históricas da creche são unânimes em afirmar que ela foi criada para cuidar das crianças pequenas, cujas mães saíam para o trabalho. Está, portanto, historicamente vinculada ao trabalho extradomiciliar da mulher. Sua origem, na sociedade ocidental, está no trinômio mulher-trabalho-criança.

Em janeiro de 1879, o periódico *A Mãe de Família*, publicou uma sequência de cinco artigos sobre a creche. O primeiro deles, escrito pelo Dr. K. Vinelli, médico dos expostos, intitulado “A

creche-asilo para a primeira infância”, descreveu a creche como um local para resolver o problema das senhoras burguesas, as quais tinham em suas casas mães escravizadas. (Guimarães, 2017)

Em 1875, no Rio de Janeiro é fundado, pelo médico José Menezes Vieira e sua esposa Carlota de Menezes Vieira, o primeiro Jardim de Infância privado do Brasil, destinado aos filhos do sexo masculino da classe média industrial. Seguindo as ideias de Pestalozzi, a metodologia utilizada na instituição era intuitiva e visava o desenvolvimento da percepção e experimentação das crianças. Destinados a atender a aristocracia da época, os primeiros jardins de Infância particulares, tinham a função central: cuidar, higienizar, educar e transmitir valores sociais e morais da elite dominante. Segundo os escritos de Kuhlmann Júnior (1998, p. 82):

[...] o setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites, com os jardins-de-infância, de orientação froebeliana, teve como principais expoentes, no Rio de Janeiro, o do Colégio Menezes Vieira, fundado em 1875; e em São Paulo, o da Escola Americana, de 1877. No setor público, o jardim-de-infância anexo à escola normal Caetano de Campos, de 1896, (...), atendia aos filhos da burguesia paulistana.

Em 1897, foi inaugurado o Edifício do Jardim de Infância em São Paulo, para educar crianças da classe dominante com idades entre 4 e 7 anos. O *Kindergarten* era inspirado no pensamento do filósofo alemão Friedrich Wilhelm August Froebel, e pretendia a prática de educar os sentidos das crianças e despertar a divindade que existe na essência da alma humana. Portanto, os professores, chamados de *jardineiros*, devem ser capazes de utilizar jogos, músicas, danças, desfiles e imagens para estimular o aprendizado das crianças. A prática escolar no século XIX foi muito influenciada pela abordagem de Froebel à educação infantil, que concebia a infância como uma idade criativa. Enquanto as creches se preocupavam em receber as crianças privadas do cuidado materno devido à necessidade da mãe trabalhar, o jardim de infância aspirava cumprir o papel de moralizador da cultura. Para Kramer (1995, p. 50) “[...] faltava, de maneira geral, interesse da administração pública pelas condições da criança brasileira, principalmente a pobre.”

Em 1877, é fundada a Escola Americana e, em 1896, o Jardim de Infância da Escola Caetano de Campos, em São Paulo, que, embora público, atendia aos filhos da burguesia paulistana. Os dois espaços eram reservados às famílias ricas. A alta sociedade diferenciava os jardins de infância dos asilos e das creches das classes pobres, lançando mão, para este fim, de propostas pedagógicas inspiradas no ideário de Froebel (Kramer, 2003; Kuhlmann Júnior, 1991, 1998).

A partir do Decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879, houve a determinação da criação dos jardins de infância em cada distrito do município da Corte, voltados à educação de crianças de três a sete anos de idade. Ao mesmo tempo, previa recursos somente à educação de crianças dos sete aos quatorze anos.

O surgimento de creches com essa imagem no Brasil deu origem a duas modalidades de creche para crianças de 0 a 6 anos. Pré-escolas e creches ou jardins de infância de elite que fornecem apoio e educação a crianças que não podem pagar.

[...] o que se pode notar, do que foi dito até aqui, é que as creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar apenas as mais evidentes. Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torná-la, através

da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências desse conjunto social (Bujes, 2001, p. 15).

Em 1899, a fábrica de tecidos Corcovado, fundou a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro, com caráter de guarda e assistência aos filhos das mães operárias. Kuhlmann Júnior (1996) considera 1899 como o ano do surgimento de creches que passaram a ocupar o cenário da assistência à infância brasileira. Nas duas primeiras décadas do século XX, surgiram as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil e as entidades assistenciais fundaram creches. A primeira creche popular cientificamente dirigida para crianças de até dois anos de idade, foi fundada em 1908. Esta atendia as filhas de operários, mas a maioria das práticas dedicadas às crianças de zero a seis anos era de caráter médico. Somente em 1909, após 30 anos de promulgação do decreto n. 7247, de 1879, o Rio de Janeiro inaugurou o primeiro jardim de infância público, o Jardim de Infância Campos Salles, voltado à escolarização de meninos e meninas entre 4 e 7 anos (Guimarães, 2017, p. 99).

A HISTÓRIA DO JARDIM DE INFÂNCIA NO MARANHÃO

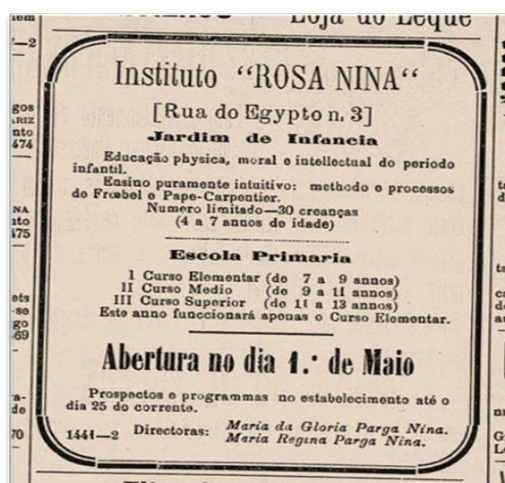
O Maranhão não era diferente dos outros estados do país que buscavam deixar o arcaico para viver o progresso. Com o fim do trabalho escravizado e com a pós-proclamação da República, o Maranhão teve sua economia afetada e viveu um momento político crítico, pois os partidos Conservador e Liberal discordavam da nova forma de governo e suas juntas administrativas. Muito antes da transição do período imperial para o republicano, já existiam manifestações de propostas para a criação de escolas infantis no Maranhão. Essas propostas tinham grandes influências dos países europeus e americanos. Para os intelectuais maranhenses, essas propostas de ensino eram vistas como importantes para o aperfeiçoamento do ensino das crianças (Tavares, 2018).

No final do século XIX, inúmeros intelectuais maranhenses defendiam a renovação das ideias educacionais. Seus discursos destacaram a necessidade da criação de escolas públicas primárias e o direito de aprender para as camadas populares. Em 1900, muito antes da instalação dos jardins de infância em São Luís, houve quatro tentativas de produzir jornais e revistas com a finalidade pedagógica que, em sua maioria, buscavam compartilhar os métodos modernos de ensino, no entanto, todas as tentativas foram sem êxito.

Dentre os contextos educacionais estavam o debate pela falta de adultos para a condução do ensino para crianças de 3 a 6 anos de idade. A justificativa era o fato de ainda não existir, no Maranhão, instituições de atendimento escolar para essa faixa etária e a falta de material e do domínio dos novos métodos de ensino eram apontados pela ausência de estabelecimento voltados para crianças menores de 7 anos (Tavares, 2018).

O Jardim de Infância Rosa Nina, localizado na Rua do Egito, nº 03, na cidade de São Luís, instalado em maio de 1902, foi uma instituição de ensino privado restrita aos alunos privilegiados. Sob a responsabilidade de Maria da Glória Parga Nina e Maria Regina Parga Nina, havia o número limitado de 30 vagas e atendia crianças tanto do sexo masculino como feminino em idades de 4 a 7 anos (Tavares, 2018).

Figura 4: Anúncio da propaganda do Instituto Rosa Nina



Fonte: Pacotilha, 1902, p.3.

O jornal Pacotilha de 30 de abril de 1902, registrava a inauguração do jardim de infância e ressaltava a finalidade educativa da instituição: “[...] que é menos um estabelecimento de instrução propriamente dita do que de educação; alguma coisa como prolongamento do lar, estabelecendo a transição entre a educação doméstica, que completa, e a escola, para a qual prepara a criança.” (Pacotilha, 1902, p. 1). A sala preparada para receber as crianças se destacava pela decoração. Ali, as crianças aprendiam “[...] balbuciar as primeiras letras”, utilizando métodos apropriados para aprendizagem infantil (O jornal, 1916, p.1).

O jornal Pacotilha, no dia 02 de dezembro de 1907, cinco anos após a inauguração da escola, destacou a importância do estabelecimento de ensino no cenário maranhense: “O Instituto Rosa Nina é sem contestação, o melhor estabelecimento de instrução nacional e primária do Maranhão e porventura do Norte do Brasil. Sob a inspiração da veneranda senhora d. Rosa Nina Parga” (Pacotilha, 1907, p.1).

Bem conceituado no meio educacional, o Instituto Rosa Nina, apropriou-se dos métodos de ensino aplicados. O jornal Pacotilha descreve a identidade do Instituto da seguinte maneira:

Um estabelecimento de ensino como poucos, recalcado sobre os moldes os mais exigentes, sobre os preceitos os mais severos da pedagogia moderna; aparelhado com um material didático perfeito, completíssimo, e dirigido pela alta competência de d. Maria da Glória Parga Nina e do professor Joaquim Santos. E não podia deixar de assim ser, quando o reformador do Instituto Rosa Nina foi Almir Nina (Pacotilha, 1922, s/p).

Ao longo de anos o Instituto serviu de modelo educativo. O jornal a Pacotilha, em 1914, aponta o estabelecimento como um espaço escolar de excelência. “Na terrível crise de desmoralização e enfraquecimento, que ora atravessa o ensino entre nós, é grato ver que continua a funcionar esta escola, com modelar programa e desvelada direção” (Pacotilha, 1914, s/p).

Em 1916, a escola ganha um novo formato e passa a ter três sistemas: internato, semi-internato e externato misto, e mantém o curso pré-escolar (jardim de infância), o elementar e o complementar. Em fevereiro de 1916, instalou-se em São Luís a Escola Primária Rosa Castro, e a professora Rosa Castro, que lecionou no Instituto Rosa Nina, estava na direção da escola. De acordo com Motta (2003), a escola contava com o Curso Normal e Primário, mas somente em

1920 é implantado o jardim de infância com a duração de 2 anos. Mas em sua publicação de 14 de janeiro de 1916, O Jornal, afirmava:

No próximo dia 1 de fevereiro será aberta nesta cidade, à rua Palma, n. 36, a Escola Normal primária para o sexo feminino, sob a direção da professora normalista laureada Rosa Castro. Anexa a essa escola haverá um curso infantil misto, cujo programa foi cuidadosamente organizado de acordo com os mais modernos preceitos pedagógicos (O jornal, 1916, p. 4).

O jornal Pacotilha apresenta as características do prédio da seguinte forma:

ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA

Sob a direção da professora Rosa Castro

[...]

Além do curso normal, acima descrito, acha-se a Escola também organizada para receber alunos para os cursos primários e pré-escola. Constitui este curso preparatório ou Jardim de Infância, em que as crianças de 4,5 e 6 anos, por meio de ginásticas, cantos, jogos, etc, preparam o tenro espírito para o verdadeiro período escolar.

O curso primário é ministrado em 6 classes, aceitando-se alunos desde a idade de 7 anos.

A Escola Normal Primária aceita, portanto, alunos de 4,5 e 6 anos para o curso preparatório, de 7 anos a 12 anos para o curso primário e de 13 anos em diante para o curso profissional ou normal.

A sede da escola, à rua da Palma, 36, podem dirigir-se os interessados por escrito ou verbalmente, para quaisquer outras informações (Pacotilha, 1916, p.1).

Podemos deduzir que, em relação ao atendimento de crianças menores de 7 anos, havia uma concorrência entre o Instituto Rosa Nina e a Escola Normal Primária, pois somente nestes dois estabelecimentos de ensino existia o jardim de infância em território maranhense. Em 1925, registrava-se o encerramento das atividades no Instituto Rosa Nina. Em nota, o jornal Pacotilha anuncia o encerramento das atividades do Instituto Rosa Nina.

Com o fechamento do “Instituto Rosa Nina” passou a Escola Parochial a funcionar, com a máxima regularidade, no Colégio Santa Thereza, continuando a prestar-lhe o seu valiosíssimo concurso as Filhas de Maria e as Religiosas deste conceituadíssimo colégio. É atualmente numerosa a frequência da Escola Parochial, que passou a ser dirigida pela digníssima Superiora daquela conceituada casa de ensino. Procedendo desse modo, a respeito e veneranda professora Maria da Glória Parga exonerou-se da grata responsabilidade que lhe cabia nessa importantíssima escola e a criança protegida da fortuna - continuou a ter onde beba os indispensáveis conhecimentos à vida comum.

S. Luiz, 2 de julho de 1925.

Mons./Vicente F. Galvão, Vigário Geral do Arcebispado (Pacotilha, 1925, s/p).

Para completar essa fase de transição e consolidação das instituições de ensino no Maranhão, surge o Jardim de Infância Decroly, que ficava localizado no prédio da Praça Gonçalves Dias. A professora Raimunda de Lourdes Vasconcelos era a responsável pela gestão da escola. A instituição fazia parte dos alunos-mestres do curso Normal, e atendia crianças de 3 a 6 anos de idade. Liberdade e manifestações espontâneas das crianças eram as bases das atividades

desenvolvidas nas salas de aula do jardim de infância. Isso mostra as mudanças nas práticas pedagógicas dos jardins de infância. No dia 16 de agosto de 1939, o Jardim de Infância Decroly ganha uma nova sede localizada na Praça da Alegria. Com o espaço arquitetônico voltado para formação social, também estava presente o lúdico e a prática da educação física.

O JARDIM DE INFÂNCIA PÚBLICO NO MARANHÃO

No ano de 1902, o jornal *A escola* apresentava a preocupação da época no que tange a implementação do ensino primário. Segundo o artigo denominado “A escola primária”, a preocupação social quanto essa fase da educação se baseava no processo de formação do indivíduo para a sociedade. Assim, se as crianças não recebiam na escola uma instrução sólida e segura, essas crianças seriam incapazes de exercer qualquer atividade ou emprego, mesmo que esta tarefa tenha exigências básicas e elementares. A presente matéria coloca sua preocupação quanto ao desenvolvimento da educação primária, que se apresentava como “[...] deploravelmente descuidada quer pelos Governos, encarregados de criá-la e mantê-la, quer pelos encarregados de difundi-la, quer mesmo pelos pais e mais interessados pela criança” (*A escola*, 1902, s/p).

Os jornais apontavam que o estado do Maranhão colocou, por um longo período, o serviço público em um nível inferior em relação a outros Estados. O governo criou diversas escolas providas por professores com o intuito de aumentar os cofres públicos, cujos espaços se apresentavam sem nenhum proveito às infâncias, por seus estabelecimentos “[...] faltos de aparelhos, móveis e utensílios” (*A escola*, 1902, s/p). Por consequência, o Estado se viu na posição de reduzir as escolas, produtoras para a economia, na busca por melhorar a qualidade das demais instituições de ensino. É fato que, em vista das dificuldades em manter as escolas de ensino primário, a implementação do chamado ensino pré-escolar tornou-se uma utopia por um longo período, mesmo com a proposição da criação desse espaço em 1905.

O decreto nº 55, de 27 de junho de 1905, regulamentava a Escola Normal e propunha a criação de um instituto pré-escolar. Mas somente duas décadas depois surgiu o primeiro jardim de infância assegurado com os recursos públicos. Em seu discurso na festa de entrega dos diplomas aos alunos da Escola Modelo Benedito Leite, a professora Santinha Vasconcellos relembrava esse fato:

Minhas senhoras e meus senhores, a instrução primária do Maranhão passou por uma nova e gloriosa fase. Não é justo, que esse fato passe sem referência nesta solenidade. A criação do Jardim da Infância e do Curso Complementar trouxe para a nossa instrução resultados que já se podem ver. O presidente do Estado, dr. Godofredo Vianna, pela sua alta cultura estava destinado a beneficiar a sua terra com esse melhoramento de alcance moral e intelectual ao lado dos benefícios materiais que constituem o seu grandioso programa de governos. O Jardim de Infância prepara a criança para a escola, cria-lhes amor ao livre a instrução desperta-lhes a curiosidade para todos os ramos do saber humano (...) E tenho dito assim, o alcance extraordinário dos dois novos cursos criados na instrução maranhense. Que o digno estadista hoje à frente dos destinos de nossa terra receba todos os nossos louvores, louvores que partem de todos os lares onde brinca uma criança, onde haja uma inteligência a desabrochar (*Diário de São Luís*, 1923, p. 2).

No cenário educacional, o jardim de infância funcionava como um tipo de curso elementar que atende crianças na faixa etária de 5 a 6 anos a partir do ano de 1923. Essa reforma pedagógica

era idealizada pelos mesmos idealizadores e organizadores do Primeiro Congresso Pedagógico do Maranhão. Observemos alguns dados sobre o atendimento no jardim de infância no ano de 1923.

Tabela 1: Número de alunos matriculados da Escola Modelo Benedito Leite, 1923.

Tipos de Atendimento	Períodos	1923		
		Mas.	Fem.	Total
Jardim de infância		31	19	50
Curso Médio	1º	54	39	93
	2º	39	34	73
	3º	30	29	59
	4º	27	29	56
	5º	21	33	54

Fonte: Maranhão, 1924, p. 63.

No ano de 1923, no curso pré-escolar (jardim de infância) estavam matriculadas 50 crianças, sendo 31 do sexo masculino e 19 do sexo feminino, era possível que os atendimentos ocorressem em duas salas. O então governador do estado, Godofredo Vianna, acreditava que só criar escolas não bastava, era necessário fornecer professores e materiais didáticos para a garantia de um bom funcionamento. Nesse mesmo ano, “[...] no mês de dezembro último foi importada do Rio de Janeiro grande cópia de material escolar. Ao Pará fez-se encomenda de mil carteiras” (Maranhão, 1924, p. 63).

Em 1931, o Decreto n. 46 foi aprovado um novo regulamento para a instrução pública do Estado. O Decreto foi elaborado pelos professores Gilberto Costa e Luiz Viana e compreende como parte da educação pública o ensino primário, que passa a conter os jardins de infância e escolas maternas, ministrado em três anos. Tavares (2018, p.135) aponta “[...] uma expansão limitada das escolas pré-escolares na capital de São Luís, principalmente no sistema educacional público, pois não existiam fontes diretas de recursos para esta etapa de ensino”. No entanto, ainda houve uma tímida evolução do quantitativo de instituições pré-primárias no Maranhão, no ano de 1932 foram registrados um quantitativo de três jardins de infância de alçada estadual, seguindo para quatro instituições, no ano de 1934, na capital.

Segundo Tavares (2018), em 1935 na receita geral do Estado somente três instituições pré-escolares constavam no orçamento de verbas, são elas: o Jardim Decroly, Jardim Antonio Lobo e Jardim Rosa Nina, desaparecendo um Jardim de Infância. No documento, os jardins de infância deveriam funcionar por 3 horas. O professor deveria distribuir diariamente o conteúdo a ser assimilado pelos alunos e, dessa forma, controlar o tempo na condução do estabelecimento. Nos registros documentais, observou-se que o ensino enfatizado nos jardins de infância, era o sensorial. O material didático, era composto de coleções com base nos métodos de Froebel, Montessori e Decroly e baseava-se na liberdade das manifestações espontâneas (Tavares, 2018).

A primeira instituição considerada como o primeiro jardim de infância público foi a que teve funcionamento na Escola Normal Primária cuja diretora, a professora Rosa Castro, administrava as atividades de formação das professoras primárias. Além da formação para aulas no ensino primário, as educandas desenvolveriam aulas para crianças da faixa etária a partir dos 5 anos, em um espaço na Escola Normal como laboratório de aprendizagem das estratégias para ensino gratuito das crianças.

Além do curso normal equiparado e do curso comercial, continuarão a funcionar todas as aulas do curso primário e complementar, as do Jardim da Infância e aulas especiais de costura, compreendendo corte e confecção de vestidos, além de bordados, flores e todas as variedades de arte aplicada a trabalhos femininos (A Escola, 1924, p. 5).

O “Jardim da Infância”, como era mencionado no jornal A Escola (1924), era uma experiência única do magistério na cidade de São Luís proporcionada pelos estudos da professora Rosa Castro, primeira educadora a criar uma escola normal para formação de professoras do ensino primário. Dentro desse interesse, Rosa Castro inclui as modernas discussões sobre a educação das crianças em fase pré-escolar que chegava ao Maranhão na Primeira República e proporcionou a criação de um Jardim de Infância gratuito. Como registrados no jornal os objetivos desse lugar: “(...) respingar aqui e ali, aproveitando, quando possa, todos os motivos, todos os ensejos para doutrinar, para educar, para polir e lapidar essas almas de crianças(...)” (A Escola, 1924, p. 3).

Essa escola teve funcionamento regular até meados dos anos 1940, que, com a política do Estado Novo a educação das crianças recebeu novos enfoques e ampliação das creches e pré-escolas. O então interventor Paulo Ramos, por meio do Decreto-Lei nº 27, de 21 de janeiro de 1938, criou as escolas *pés descalços*. De início, foram inauguradas três escolas, e com a aceitação delas houve a necessidade de multiplicar esse número de escolas.

Foi traçado um plano de elaboração pela Diretoria da Instrução Pública para o desenvolvimento das atividades nestas escolas:

- a. Uma vasta propaganda por meio de filme, mostrando eu o homem analfabeto não pode vencer na vida; b. uma verdadeira catequese educacional, como foi feita no Estado de Minnesota, onde a criminalidade baixou 75%; c. O Estado proporcionará macacões, tipo padrão, ginástica, boa alimentação, cinema educativo e livros; d. preleções diárias sobre vultos da história pátria; e. prêmios aos mais distintos alunos; f. criação de caixas escolares para que os mais capazes possam prosseguir no seu curso; 7. Estimular a personalidade os alunos, de modo que eles possam vencer na luta pela vida (Maranhão, 1939, p. 26).

Essas escolas foram criadas devido a carência de estabelecimentos públicos que pudessem receber as crianças em sua totalidade. Com o intuito de inibir a tendência natural, incivilizada e criminal da criança pobre, o governo volta sua atenção para uma tendência salvadora das crianças, devido às condições sociais e econômicas. Em seu discurso na inauguração do estabelecimento, a diretora Maria Raymunda Ribeiro diz: “O dia de hoje, nunca mais será esquecido por nós, tão grande e tão nobre é a significação que ele encerra: o início da instrução ministrada aos pés-descalços. O pobre não poderá mais rezear que o não aceitem na escola, tal como se entrega à luta do pão de cada dia.” Ao final do discurso ela diz: “Ajudem, portanto, a cruzada salvadora, que veio tirar o homem do povo, das trevas da ignorância e lhe dar novas e maiores possibilidades de vencer na vida” (Pacotilha, 1938, p. 2).

Com a expansão das zonas urbanas, o número de escolas proletárias aumentou consideravelmente. Isso se deu após os operários reivindicarem a inclusão de seus filhos no espaço escolar. Em 1937, duas escolas foram inauguradas na vila operária. E em 09 de março de 1937, atendendo uma solicitação por escrito de mais de uma centena de operários é inaugurada a escola operária Darcy Vargas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto pesquisa histórica, consideramos esta uma pesquisa ainda não findada por suas lacunas e perdas que ainda coloca a trajetória da infância como não contada ou pouco abordada. Tomamos como incentivo o desejo de preencher as lacunas encontradas, de modo a alcançar a possibilidade de abordar uma história cada vez mais completa no que diz respeito aos diferentes momentos da educação no decorrer dos séculos.

A pesquisa e escrita histórica é um processo árduo de encontro, desencontros e reencontros com uma realidade que, por vezes, se demonstra distante, mas que influencia diretamente na forma organizacional do contexto atual. As fontes, como os jornais e decretos políticos, nos levaram não somente a compreender a identidade social de outra época como também nos influenciou a vivenciá-la por meio das leituras e análises rigorosas.

Como resultado, identificamos em meio às nossas buscas a sequência de mudanças que perpassaram a implantação do ensino infantil no Brasil e no Estado maranhense. O processo de mudança da concepção de escolas para crianças menores de sete anos sob influência europeia de teóricos como Froebel. No entanto, esse lugar educativo fora do seio familiar se tornou uma regalia dos ricos, sem inclusão da criança de baixa renda, a essas crianças o que restava eram os asilos, a institucionalização e a filantropia. A infância da criança pobre se tornou não-digna de educação, mas alvo do adestramento à moralidade, à religião e ao trabalho.

Em um contexto regido pela formação de uma raça superior para a sociedade brasileira, as diversas transições da institucionalização ao acolhimento, a educação da criança pobre tornou-se uma meta de dignificação destas que eram vistas como aspirantes a marginais, como seres perigosos à ordem nacional. A educação do pobre se tornou uma tarefa de higiene da população por meio da filantropia, já que, por muito tempo, as instituições públicas não eram uma prioridade.

A construção do jardim de infância público no Maranhão reflete a demanda e a necessidade do atendimento de crianças entre três e seis anos de idade, cuja expansão se dá gradativamente conforme a procura por essas instituições. É que houve diversos entraves, principalmente no que tange à infraestrutura local, todavia o primeiro passo para a efetivação da educação de crianças das periferias urbanas foi dado, os tempos que se seguiram baseou suas críticas e pesquisa na melhora e qualidade da oferta do serviço público.

REFERÊNCIAS

- A ESCOLA PRIMÁRIA. *A escola*, São Luís, 10 de mar. 1902, s/p.
- AMOROSO, Marta. *A longa era da catequese indígena*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ARAÚJO, Vania Carvalho de. (Orgs.) *História da educação e da assistência à infância no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011, p. 207-244.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Escola Infantil: pra que te quero?* In: CRAIDY, Carmen Maria; Gládis Elise Kaercher (Orgs.). *Educação infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 13-22.
- CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. *O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 76, p. 31-40, fev., 1991. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1052/1060>. Acesso em 3 abr. 2024.
- DEL PRIORE. Mary. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DIÁRIO ILUSTRADO. *O jornal*, São Luís, 14 de jan. de 1916, s/p.

- DIDONET, Vital. *Creche: a que veio... para onde vai... Em Aberto*, Brasília, v.1, n.73, p.1-161, jul., 2001. Disponível em <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3033/2768>. Acesso em 05 abr. 2024.
- ESCOLA NORMAL PRIMARIA. *Diário de São Luís*, São Luís, 28 de nov. de 1923, n, 268, p. 2.
- ESCOLA NORMAL PRIMARIA PARA O SEXO FEMININO. *Pacotilha*, São Luís, 14 de jan. de 1916, n. 11, p. 01.
- FARIAS, Mabel. *Infância e educação no Brasil nascente*. In: VASCONCELOS, Vera Maria Ramos (Org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 33- 49.
- GALVÃO, Vicente F. *Pacotilha*, São Luís, 02 de jul. de 1925, n. 136, s/p.
- GOUVEA, Maria Cristina Soares. A escrita da história da infância: periodização e fontes. In.: SARMENTO, Manuel e GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Estudo da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 97-118.
- GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e pré-escola. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 81-142, set./dez. 2017. Disponível em <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017081/pdf>. Acesso em 10 de abr. 2024.
- INSTITUTO ROSA NINA. *Pacotilha*, São Luís, 01 de jan. de 1902, 01, n. 01, p. 03
- INSTITUTO ROSA NINA. *Pacotilha*, São Luís, 13 de jan. de 1914, n.11, s/p.
- PACOTILHA, São Luís, 30 de abr. de 1902, s/p.
- PACOTILHA, São Luís, 09 de mar. de 1922, n. 56, s/p.
- KRAMER, Sonia (Org.). *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899- 1922)*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 78, p. 17-26, ago., 1991. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1027/1035>. Acesso em 20 de abr. 2024.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As exposições internacionais e a difusão das creches e jardins de infância (1867-1922)*. Pro-posições, v. 7, n. 3, p. 24-35, 1996. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644212/11641>. Acesso em 03 de mar. 2024.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Educação infantil e currículo*. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira. *Educação infantil pós LDB: rumos e desafios*. São Paulo: Autores Associados, 1999, p. 73.
- MARANHÃO. *Coleção de leis, decretos-leis e decretos de janeiro a junho de 1938*. Maranhão: Imprensa Oficial, 1939.
- MARANHÃO. Decreto nº55, de 27 de junho de 1905. *Regulamento para as Escolas Normal e Modelo Benedito Leite, o Curso Anexo a esta Escola, os Grupos Escolas e Escolas primárias regidas por normalistas*. Maranhão: São Luís, 1905.
- MARANHÃO. *Mensagem apresentada ao congresso do Estado do Maranhão Pelo Exmº Snr Dr Urbano Santos da Costa Araújo*. Presidente do Estado. Maranhão em sessão de 5 de fevereiro de 1924. Imprensa. Oficial, 1924.
- MATTOS, João. Instrução Publica. *Pacotilha*, São Luís, 1938, n. 1042, p. 2.
- MOTTA, Diomar das Graças. *As mulheres professoras na política educacional no Maranhão*. São Luís: Edufma, 2003.

NOTAS. *O jornal*, São Luís, 14 de jan. de 1916, n. 345, p. 04.
O INSTITUTO “ROSA NINA”. *Pacotilha*, São Luís, 02 de dez. de 1907, n. 285, p.1.
EM REVOADA. *A escola*, São Luís, 03 de mai. 1924, n.3, p. 1.
RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Editora Cortez, São Paulo: Cortez, 2008.
RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. Editora PUCRio, São Paulo: Loyola, 2004.
TAVARES, Rachel Sousa. *Escola e infância: processo de institucionalização dos jardins-de-infância na capital do Maranhão no período de 1870 até a década de 1930*. 213 f. Tese, Programa de Pós- graduação em Educação. Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

Submetido em abril de 2024
Aprovado em junho de 2024

Informações das autoras

Isabela de Cássia Costa Vieira
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: isajofra28@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6805-7041>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2485854951972685>

Valéria Luíza Costa Gonçalves
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: valeria.goncalves@discente.ufma.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8437-8994>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4074472148576199>

Rosyane de Moraes Martins Dutra
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: rosyane.dutra@ufma.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4800-7493>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3305787052738350>